

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 520.159 - CE (2019/0196914-6)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : GEORGIA MOURA DE SOUSA**  
**ADVOGADO : GEORGIA MOURA DE SOUSA - CE039458**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PACIENTE : CAIO FACANHA NOGUEIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. REITERAÇÃO DELITIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO.

*Habeas corpus* prejudicado.

## DECISÃO

Por meio deste *habeas corpus*, postula-se a imediata revogação da prisão preventiva decretada contra **Caio Facanha Nogueira** no Processo n. 0014435-02.2018.8.06.0035, da 2ª Vara Criminal da comarca de Aracati/CE, aos argumentos, em suma, de que não estão ausentes os requisitos autorizadores da medida constritiva e de que há excesso de prazo na formação da culpa.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 76/77).

Prestadas as informações (fls. 79/83), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pela Subprocuradora-Geral da República Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 96/98).

É o relatório.

O *writ* perdeu seu objeto diante de substancial alteração fático-processual.

Isso porque as informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Ceará noticiam que, em 7/10/2018, foi proferida sentença condenando o paciente à pena de 8 anos de reclusão, em regime fechado, e pagamento de 1.200 dias-multa, pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico.

Consoante reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a superveniência de sentença penal condenatória, por constituir novo título judicial a

# *Superior Tribunal de Justiça*

embasar a constrição cautelar do acusado, torna prejudicado o exame de *writ* que questiona decreto de prisão preventiva anterior (HC n. 365.344/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 28/8/2017).

Afinal, *a prolação de sentença condenatória em que se reconheceu, ainda que em decisão sujeita a recurso, mas em cognição exauriente, a culpa do paciente, ocasião em que a adequação da medida cautelar imposta foi reexaminada à luz de um espectro fático-processual de maior amplitude e profundidade. Assim, o estado de liberdade, atualmente, é alvo de ato jurisdicional superveniente, autônomo, de requisitos específicos e que desafia impugnação própria* (STF: HC n. 138.238/PR, Ministro Edson Fachin, DJe 22/2/2017).

Ademais, de acordo com o enunciado da Súmula 52/STJ, *encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.*

De qualquer maneira, o primitivo decreto de prisão não revelava nenhuma ilegalidade aparente, uma vez que baseado em fator real de cautelaridade, em razão das circunstâncias do crime praticado pelo paciente e o risco de reiteração delitiva.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o habeas corpus.**

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator